REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
02.954.973/0001-95 MATRIZ		

NOME EMPRESARIAL	DATA DE CONSTITUIÇÃO
NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	28/01/1999

TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
NOVA ASSUNCAO	EPP

CODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONOMICA PRINCIPAL
47.31-8-00 - Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores

CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONOMICAS SECUNDARIAS
47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (GLP)
47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes
49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos

CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURIDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NUMERO	COMPLEMENTO
ROD PB 238	S/N	KM 10

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICIPIO	UF
58 685-000	ZONA RURAL	ASSUNCAO	PB

ENDEREÇO ELETRONICO	TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSAVEL (EFR)
*****

SITUAÇAO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇAO CADASTRAL

SITUAÇAO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

CODIGO QR

CODIGO DE BARRAS

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022

Emitido no dia **19/10/2026** às **10:21:45** (data e hora de Brasília).

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DE ASSUNÇÃO
01.612.635/0001-02
SECRETARIA DE FINANÇAS E TESOURO

ALVARÁ

LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

PROCESSO - Nº: **310/2022**

Contribuinte: POSTO NOVA ASSUNÇÃO

Localização: Rua Flávio José Galdino, S/n, Júlia Borges, Assunção-PB.

Inscrição Municipal: **CPF/CNPJ:** 02.954.973/0001-95

Atividades: Atividade PRINCIPAL:
Cnae - 47.31-8-00 - Comércio varejista de combustiveis para veículos automotores.
Atividade SECUNDÁRIO:
CNAE- 47.84-9-00 Comeércio varejist de gás liquefeito de petroleo (GLP)

Nos termos da legislação específica vigente, CONCEDEMOS a LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO acima especificada, válido enquanto satisfazer as exigências legais.

ASSUNÇÃO, em 09/12/2025

VALIDADE: 16/01/2027

MARCIO DOUGLAS LIRA DE ARAUJO:71074524446

Assinado de forma digital por MARCIO DOUGLAS LIRA DE ARAUJO:71074524446
Dados: 2026.01.27 14:33:10 -03'00'

SECRETARIA DE FINANÇAS E TESOURO

Este documento deverá ser afixado em local visível e apresentado a fiscalização quando solicitado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO

01612635000102
AV. TEREZA BALDUÍNO DA NÓBREGA, 114
FONE: (83) 3466-1079
SECRETARIA DE FINANÇAS E TESOURO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

NÚMERO DA CERTIDÃO	DATA DE EMISSÃO	VALIDADE	INSCRIÇÃO MUNICIPAL
000122	20/10/2026	90 DIAS	216/1999

DADOS DO REQUERENTE

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social
02.954.973/0001-95	NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Endereço:	Numero
RODOVIA PB 238	S/N

Complemento	Bairro
M 10	ZONA RURAL

DADOS DA CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que de conformidade com as informações prestadas pelos órgãos competentes desta Prefeitura, NÃO CONSTA DÉBITOS referente a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data, para o requerente acima.

FINALIDADE

Comprovação de ausência de débitos municipais.

OBSERVAÇÃO

Ficam, todavia, ressalvados os direitos da Fazenda Municipal de cobrar quaisquer débitos que venham a ser posteriormente apurados. Do que constar, passamos a presente certidão, para fins de PROVAS JUNTO A TODOS E QUAISQUER ÓRGÃOS.

ESTA CERTIDÃO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE A SITUAÇÃO DO CONTRIBUINTE NO AMBITO DESTA SECRETARIA DA FAZENDA MUNICIPAL.

ASSUNCAO 20 de outubro de 2026

MARCIO DOUGLAS LIRA DE ARAUJO:71074524446

Assinado de forma digital por MARCIO DOUGLAS LIRA DE ARAUJO:71074524446
Dados: 2026.10.20 11:41:57 -03'00'

MÁRCIO DOUGLAS LIRA DE ARAUJO
DIRETOR DE ARRECADAÇAO

NOTA IMPORTANTE: QUALQUER RASURA TORNARÁ O PRESENTE DOCUMENTO NULO.

Emitido por: Douglas

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ

CERTIDÃO

CÓDIGO: **CCBD.8221.45C0.D0D8** Emitida no dia 16/10/2026 às 14:27:06

Nome Empresarial:
NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Endereço:		Número:	Complemento:
PB 238 KM 10		**SN**	**KM 10**
Bairro:	Município:		CEP:
ZONA RURAL	**ASSUNCAO**		**58685-000**
Inscr. Estadual:	Situação Cadastral:	CNPJ/CPF:	
16.122.617-5	**ATIVO**	**02.954.973/0001-95**	

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o Contribuinte supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos definitivamente constituídos e inscritos em Dívida Ativa.**

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido Contribuinte.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão,** devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página www.sefaz.pb.gov.br.

Certidão de Débito emitida via 'Internet'.

CAIXA

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.954.973/0001-95
Razão social: NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
Endereço: ROD PB 238 S/N KM 10/ ZONA RURAL / ASSUNCAO / PB / 58685-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/10/2026 a 07/11/2026

Certificação Número: 2026100920390872744973

Informação obtida em 16/10/2026 14:26:28

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
CNPJ: 02.954.973/0001-95

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014
Emitida às 14:25:51 do dia 16/10/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 14/04/2027.
Código de controle da certidão: **4C0A.CB39.E642.1EEF**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 02.954.973/0001-95
Certidão nº: 87582741/2026
Expedição: 16/10/2026, às 14:26:57
Validade: 14/04/2027 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.954.973/0001-95, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES
Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)
Telefone: (83) 3216-1440

CERTIDÃO NEGATIVA

FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos de falência e recuperação ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 02.954.973/0001-95
Razão Social: NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
Nome Fantasia: NOVA ASSUNCAO

Certidão emitida às 14:29 de 16/10/2026

Validade 30 dias

1. Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
2. O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
3. Esta certidão não tera validade para fins de instrução de processos judiciais, exceto ANTECEDENTES CRIMINAIS.
4. A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
5. A pesquisa foi realizada nos seguintes sistemas processuais: PJE1G.

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse **http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao** e insira o código de validação: **rtlB.s0zd**. Você pode também ler o codigo QR apresentado no cabeçalho.

PODER EXECUTIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO - PB. Licitação – Inexigibilidade nº 02/14. Regularidade com ressalvas. Recomendação.

ACÓRDÃO AC2 – TC -00472/2018

RELATORIO

Trata-se do procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 02/04, realizado pela Prefeitura Municipal de Assunção, com fulcro no art. 25, inciso I da Lei Federal n.º 8.666/93, que teve por objeto a contratação direta para a aquisição de combustíveis e lubrificantes para os veículos e equipamentos, bem como de botijão de gás GLP de 13 kg, destinados às escolas, creche, casa da família, PETI, Casa de Apoio e Posto de Saúde do município.

A Auditoria considerou remanescentes as seguintes irregularidades:

- Prática de sobrepreço na aquisição dos combustíveis contratados;
- Falta de justificação do preço de contratação;
- O prazo do contrato extrapola o exercício financeiro;
- Descrição incorreta da forma de pagamento no contrato de prestação de serviços e
- Falta de pesquisa de preço para respaldar os valores dos combustíveis contratados.

para pesquisas cada vez mais amplas, buscando sempre o interesse público e vantagens para a Administração, entendimento ao qual me filio.

Quanto à pesquisa de preço a Auditoria registrou indícios de irregularidade no que se refere aos documentos apresentados, já que foram preenchidos à mão e apresentam datas muito próximas. Em relação à descrição da forma de pagamento, o Ministério Público de Contas afirma que deve estar no contrato, o que não ocorreu no caso em comento.

No que tange ao prazo do contrato que extrapolou o exercício financeiro, a defesa argumentou que se trata de prestação de serviços contínuos, cuja solução de continuidade prejudicaria a população, bem como na cidade só existe um Posto de Gasolina, para abastecer toda a frota do município, em especial as ambulâncias e o transporte escolar.

Para o Ministério Público de Contas, trata-se da possibilidade de prorrogação contratual (art. 57, II da Lei 8666/93), que traz como requisito primeiro tratar-se de serviço, não sendo o caso do objeto do presente certame - fornecimento de combustível, aquisição de gás – que se caracteriza como aquisição, comprar (art. 6º, II, III, da Lei 8666/93).

No entanto, entendo que a situação enfrentada pelo Município, especificamente quanto a existência de um único posto de combustível, justifica a contratação direta por meio da inexigibilidade de licitação, e, em relação às demais inconformidades apontadas, entendo que não são capazes de macular o procedimento licitatório, cabendo ressalvas para recomendação à atual gestão no sentido de estrita observância às normas consubstanciadas na Lei nº 8.666/93.

É o voto.

Conselheiro Arnóbio Alves Viana
Relator

O Ministério Público de Contas opina pelo (a):

a) **IRREGULARIDADE** do procedimento de Inexigibilidade ora em análise;

b) APLICAÇÃO DE MULTA à autoridade responsável, ordenadora da despesa, com fulcro no art. 56, II da LEI COMPLEMENTAR Nº 18/93 (Lei Complementar Estadual que institui a Lei Orgânica do TCE/PB), quando dessa edição;

c) **RECOMENDAÇÃO** à Prefeitura Municipal de Assunção, no sentido de estrita observância das normas consubstanciadas na Lei de Licitações e Contratos (Lei 8666/93).

Com as notificações de praxe. É o relatório.

VOTO

De acordo com o Ministério de Contas a contratação ocorreu mediante inexigibilidade de licitação pautada no inciso I, do art. 25 da Lei 8.666/93, para qual seria necessário a observância dos seguintes requisitos: a) que se trate de compras, sendo vedado especificar a marca; b) que o fornecedor seja exclusivo na localidade e c) que a exclusividade seja comprovada através de atestado expedido pela junta comercial, sindicato, federação, confederação patronal ou entidade equivalente.

Ainda, conforme o MP se tenha apenas 01 (um) fornecedor em condições de oferecer o produto que a Administração necessita, não há que se falar em competição, sendo esta inviável.

Em relação ao sobrepreço, o Ministério Público de Contas entende que não há elementos suficientes para a sua caracterização, porém, considera que os indícios de eventual sobrepreço não foram totalmente afastados, uma vez que a aquisição de combustíveis em grande quantidade traz a facilidade de melhores ofertas de custos, o que não restou totalmente evidenciado nesta oportunidade, sugerindo recomendações à atual gestão no sentido de que, nas próximas contratações, atente

DECISÃO DA 2ª CÂMARA:

A **2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o que consta dos autos do processo **TC Nº 02764/14**, e **CONSIDERANDO** o Relatório e Voto do Relator o parecer do Ministério Público de Contas e o mais que consta nos autos, **ACORDAM** os membros da **2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – TCE/PB**, à unanimidade de votos, em sessão realizada nesta data pelo (a):

a) JULGAMENTO REGULAR COM RESSALVAS do procedimento de Inexigibilidade nº 02/14, e a responsabilidade do Sr. Rafael Anderson de Farias Oliveira e

b) **RECOMENDAÇÃO** à Prefeitura Municipal de Assunção, no sentido de estrita observância das normas consubstanciadas na Lei de Licitações e Contratos (Lei 8666/93).

Publique-se, notifique-se e cumpra-se.
TCE-S. Sessões-2ª Câmara-Ministerio.Cons.Adailton Coêlho Costa.

João Pessoa, 06 de março de 2018

Assinado [illegible]
Assinado Eletronicamente

PRESIDENTE

Assinado [illegible]
Assinado Eletronicamente

Assinado 5 de Abril de 2018 às 10:16
Assinado Eletronicamente

RELATOR

Manoel Antônio dos Santos Neto
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PODER EXECUTIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO - PB Licitação – Inexigibilidade nº 01/2015. Regularidade com ressalvas. Aplicação de multa e Recomendação

ACORDÃO AC2 – TC -03420/2018

RELATORIO

Trata-se do procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 01/2015, realizado pela Prefeitura Municipal de Assunção, tendo por objeto o fornecimento de combustíveis (gasolina comum, óleo diesel comum, óleo diesel S/10, álcool comum e óleo lubrificante) e de botijões de gás GLP de 13 Kg.

A Auditoria após analisar a defesa encartada aos autos, concluiu pela irregularidade do procedimento de Inexigibilidade de licitação, do contrato e dos aditivos decorrentes, sugerindo ainda o acompanhamento da DIAGM competente dos montantes pagos a título de remuneração dos presentes autos, com o fito de averiguar como se deu a aplicação dos reajustes para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

O Ministério Público de Contas opinou, pelo (a):

1. Irregularidade do procedimento de inexigibilidade de licitação nº 01/2015, do contrato e dos aditivos dele decorrentes;
2. Aplicação de multa ao Sr. Rafael Anderson de Farias Oliveira – ex-gestor municipal responsável, com fulcro no art. 56, inciso II, da LOTCE/PB, por descumprimento à Lei nº. 8.666/93, conforme detalhado ao longo desta peça;

3. Representação ao Ministério Público da Paraíba, a fim de que tome as medidas cabíveis em vista de sua competência;
4. Retorno dos autos à Auditoria, para que seja apurado o montante indevidamente pago em decorrência de reajustes não autorizados, visando a eventual imputação de débito e
5. Envio de recomendação à Prefeitura de Assunção, para que as falhas não se reiterem.

Com as notificações de praxe. É o relatório.

VOTO

A Auditoria apontou a irregularidade do procedimento de inexigibilidade de licitação, não acatando o fundamento da inviabilidade de competição devido a existência de um único revendedor de combustível no Município.

Para o Ministério Público de Contas, ainda que de fato haja um único posto de gasolina no Município, poderia e deveria o Executivo de Assunção, com vistas a encontrar melhores condições e ofertas mais baratas, ir além das fronteiras municipais e alcançar cidades vizinhas quando da feitura de procedimento licitatório para aquisição de combustíveis.

No entanto, a situação enfrentada pelo Município, no tange à existência de um único posto de combustível, justifica a contratação direta por meio da inexigibilidade de licitação, não me parecendo viável a contratação de fornecedores em outras cidades, mesmo que próximas, uma vez que haveria, necessariamente, um deslocamento a esses municípios quando do abastecimento dos veículos, resultando num consumo adicional e desnecessário de combustíveis.

Diante disso e, considerando que as demais inconformidades apontadas não são capazes de macular o procedimento licitatório, justificando as ressalvas do art. 131 da Resolução Normativa TC Nº. 10/2010, além da penalidade pecuniária e

recomendação de praxe, peço vênia ao Ministério Público de Contas e voto no sentido de que esta Câmara decida pelo (a):

a) **REGULARIDADE COM RESSALVAS** do procedimento de inexigibilidade de licitação nº. 01/2015, o contrato e os aditivos dele decorrentes, realizado pela Prefeitura Municipal de Assunção, sob a responsabilidade do Sr. Rafael Anderson de Farias Oliveira;

b) **APLICAÇÃO DE MULTA**, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), correspondente a 40,46 UFR-PB, ao Sr. Rafael Anderson de Farias Oliveira, ex-gestor do município de Assunção, com fulcro no art. 56, inciso II, da LOTCE/PB, por descumprimento à Lei nº. 8.666/93, assinando-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta decisão, para o recolhimento da multa ao Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, sob pena de cobrança executiva; e

c) [illegible] o montante [illegible] autorizados.

É o voto.

Conselheiro Arnóbio Alves Viana
Relator

DECISÃO DA 2ª CÂMARA:

Os membros da **2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o que consta dos autos do processo **TC Nº 02685/15** e, **CONSIDERANDO** o Relatório e Voto do Relator, o parecer do Ministério Público de Contas e o mais que consta nos autos, **ACORDAM**, à unanimidade de votos, em sessão realizada nesta data pelo (a):

a) **REGULARIDADE COM RESSALVAS** do procedimento de **inexigibilidade de licitação nº. 01/2015**, o contrato e os aditivos dele decorrentes.

realizado pela Prefeitura Municipal de Assunção, sob a responsabilidade do Sr. Rafael Anderson de Farias Oliveira;

b) **APLICAÇÃO DE MULTA**, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), correspondente a 40,46 UFR-PB, ao Sr. Rafael Anderson de Farias Oliveira, ex-gestor do município de Assunção, com fulcro no art. 56, inciso II, da LOTCE/PB, por descumprimento à Lei nº. 8.666/93, assinando-lhe [illegible] desta decisão, [illegible] Orçamentária e [illegible] e

c) **ENVIO** dos autos à Auditoria que seja apurado o montante indevidamente pago em decorrência de reajustes não autorizados, visando a eventual imputação de débito.

Publique-se, notifique-se e cumpra-se.
TCE-S. Sessões-2ª Câmara-Minilenário Cons.Adailton Coêlho Costa.
João Pessoa, 04 de dezembro de 2018

Assinado [illegible]
Assinado Eletronicamente
[illegible]
PRESIDENTE

Assinado 22 de Janeiro de 2019 às 16:38
[illegible]
Cons. Arnóbio Alves Viana
RELATOR

Assinado 23 de Janeiro de 2019 às 9:27
[illegible]
Brasmar Tiberio Lima Carneiro
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EMENTA: PODER EXECUTIVO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA – PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO – LICITAÇÕES E CONTRATOS – INEXIGIBILIDADE nº 001/2019 – Fornecimento de combustíveis. Regularidade com Ressalvas. Recomendações.

ACÓRDÃO AC2 – TC 00538/2022

Vistos, relatados e discutidos os autos da análise da legalidade da Inexigibilidade nº 01/2019, realizada pela Prefeitura Municipal de Assunção, sob a responsabilidade do Sr. Luz Waldvogel de Oliveira Santos, exercício financeiro de 2019, acordam, por unanimidade, os Conselheiros integrantes da 2ª Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA – TCE/PB, em sessão realizada nesta data, na conformidade do voto do relator, com fundamento no art. 71, inciso II, c.c o art. 75 da Constituição Federal, no art. 71, inciso II, da Constituição do Estado da Paraíba, bem como no art. 1º, inciso I, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (Lei Complementar Estadual n.º 18, de 13 de julho de 1993), em:

1. **JULGAR REGULAR COM RESSALVAS** a **Inexigibilidade nº 01/2019**, realizada pela Prefeitura Municipal de Assunção, sob a responsabilidade do Sr. Luz Waldvogel de Oliveira Santos, exercício financeiro de 2019;

2. **RECOMENDAR** a atual gestão para que em procedimentos posteriores, busque observar estritamente as normas consubstanciadas na Lei 8.666/93.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
Publique-se, registre-se e intime-se.
2ª Câmara – Plenário Virtual

João Pessoa, 22 de março de 2022

25 de Março de 2022 às 06:24
Assinado Eletronicamente

Cons. André Carlo Torres Pontes
PRESIDENTE

Assinado 24 de Março de 2022 às 19:07
Assinado Eletronicamente

Assinado 30 de Março de 2022 às 08:55
Assinado Eletronicamente

RELATOR

Bradson Tibério Luna Camelo
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

I - RELATÓRIO

A matéria tratada nos presentes autos versa sobre a análise da Inexigibilidade nº 01/2019, realizada pela Prefeitura Municipal de Assunção, sob a responsabilidade do Sr. Luz Waldvogel de Oliveira Santos, exercício financeiro de 2019, cujo objeto é fornecimento parcelado de combustíveis e derivados.

Em seu último pronunciamento a Auditoria reiterou as máculas constantes do Relatório de Análise de Defesa de fls. 270/276 e registrou a ocorrência de sobrepreço. Sendo mantidas as seguintes irregularidades:

1. Ausência de comprovação da inviabilidade de competição, conforme exigido pelo art. 25, caput c/c art. 26 da Lei 8.666/93;
2. Insuficiência das razões para escolha do fornecedor, art. 26, parágrafo único, II, Lei 8.666/93;
3. A cláusula quarta, que trata do reajustamento, é nula de pleno direito, pois afronta o §1º do art. 2º da Lei nº 10.192/2001.

Informou ainda o Órgão Técnico que a Decisão Singular DSAC2 – 0173/2019 de 11/12/2019, teve efeitos exauridos em 31/12/2019 em decorrência do término da vigência do contrato.

O Ministério Público de Contas emitiu parecer da lavra do Procurador Dr. Marcílio Toscano Franca Filho, em que opinou pela:

1. **IRREGULARIDADE** do procedimento de Inexigibilidade de Licitação ora analisado e o contrato dele decorrente;

2. **APLICAÇÃO DE MULTA** a autoridade ordenadora da despesa, com fulcro nos termos do art. 56, II, da LOTCE- LC 18/93;
3. **ANEXAÇÃO** da decisão proferida no presente caso para subsidiar a análise da Prestação de Contas Anuais do Gestor;
4. **RECOMENDAÇÃO** ao atual gestor, no sentido de estrita observância as normas consubstanciadas na Lei de Licitações e Contratos, com vistas a evitar a repetição das falhas aqui constatadas e, assim, promover o aperfeiçoamento da gestão.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Considerando que se constatou a existência de apenas um posto de combustível no Município de Assunção, peço vênia ao Órgão Ministerial de Contas e voto no sentido de que esta egrégia 2ª Câmara decida:

1. **JULGAR REGULAR COM RESSALVAS** a Inexigibilidade nº 01/2019 realizada pela Prefeitura Municipal de Assunção, sob a responsabilidade do Sr. Luz Waldvogel de Oliveira Santos, exercício financeiro de 2019;
2. **RECOMENDAR** a gestão para que em procedimentos posteriores, busque observar estritamente as normas consubstanciadas na Lei 8.666/93.

É o voto.

TRIBUNAL DE [illegible] DO ESTADO

PROCESSO TC-01180/09

Administração Direta Municipal. Prefeitura de Água Branca. Inexigibilidade de Licitação. Regularidade. Encaminhamento de cópia à PCA 2009. Recomendação.

ACÓRDÃO AC1 TC [illegible]

CARACTERIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

[illegible] Prefeitura Municipal de Água Branca

[illegible]

[illegible] Água Branca-PB

RELATÓRIO

A Unidade Técnica desta Corte em seu relatório inicial apontou uma série de irregularidades motivando a notificação do atual Prefeito Municipal de Água Branca [illegible] [illegible]

O interessado veio aos autos (fls. [illegible]) apresentando defesa acompanhada de documentos, cuja análise do Órgão de Instrução [illegible] concluiu pela permanência das seguintes irregularidades:

1. *Após pesquisa realizada no site da Agência Nacional de Petróleo [illegible] verificou-se que o valor de aquisição da gasolina está incompatível com o art. [illegible] da Lei 8.666/93, pois os preços mínimo e máximo da gasolina [illegible] Município de Patos foram R$ 2,46 e R$ 2,63. O Município de Água Branca adquiriu gasolina pelo valor de R$ 2,7[illegible] o que gera sobrepreço no valor de R$ [illegible]*
2. *Nas quilometragens realizadas pelo [illegible] verificou-se a existência de apenas [illegible] veículos a diesel e [illegible] a gasolina.*

Quando da análise de defesa a Unidade Técnica de Instrução destacou em seu relatório que com relação à irregularidade especificada no item 2 [illegible] o defendente alegou a existência de consumo de combustível dos veículos pertencentes ao advogado e ao contador, fato considerado abusivo e ilegal pelo Órgão Auditor.

Diante dos novos fatos apontados como irregulares o Relator determinou nova notificação do Sr. Arnaldo Firmino Batista, tendo o mesmo vindo aos autos e apresentando nova defesa, desta feita desacompanhada de documentos, cuja análise do Órgão de Instrução [illegible] concluiu pela permanência das seguintes irregularidades:

- *Aquisição de gasolina incompatível com o art. [illegible] da Lei 8.666/93, pois os preços mínimos e máximos da gasolina [illegible] Município de Patos foram R$ 2,46 e R$ 2,63 [illegible] o Município de Água Branca adquiriu gasolina pelo valor de R$ [illegible]*

[illegible]

236

2. *Consumo de combustíveis dos veículos pertencentes ao advogado e ao contador considerado ilegal e abusivo.*

Chamado a se manifestar o Ministério Público junto ao TCE, às fls. [illegible] através de parecer da [illegible] Procurador Geral Marcílio Toscano Franca Filho [illegible] acerca de cada irregularidade [illegible] com o que foi explicitado pela Auditoria. Ao final o MPjTCE é opinou pelas:

1. *Julgamento irregular da inexigibilidade em questão, bem como do contrato dela decorrente;*
2. *Imputação de débito ao Prefeito Municipal de Água Branca, em razão do dispêndio combustível [illegible]*
3. *Aplicação de multa ao Prefeito Sr. Arnaldo Firmino Batista, nos termos do art. 55 e 56, II, da LOTCE, que agiu em contrariedade à lei e ao Direito;*
4. *recomendação no sentido de [illegible] estrita observância às normas consubstanciadas na [illegible] de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 8666/93).*

O Relator fez incluir o processo na pauta desta sessão, com as intimações de praxe.

[illegible]

[illegible]

art. 25 incisos I a III, os casos [illegible]

Lei 8666/93

> *Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*
>
> *I – para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;*
>
> *II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;*
>
> *III – para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.*

Sobre a inexigibilidade de licitação ora em análise, o Órgão Auditor apontou duas possíveis irregularidades, destacando inicialmente que o município só possui um único posto de combustíveis.

A primeira inconformidade seria o fato de que houve aquisição de gasolina com preços incompatíveis. Tomando por base os preços mínimo e máximo praticados no Município de Patos (R$ 2,46 e R$ 2,63), o Município de Água Branca adquiriu gasolina pelo valor de R$ 2,7[illegible] fato que geraria sobrepreço no valor de R$ [illegible]

Data vênia, discordo da Unidade Técnica, afinal em vista que não foram consideradas [illegible]

mas foi feita comparação com apenas um município distante cerca de 100 km e não pertencente às suas fronteiras. Há de se ressaltar que comparando o preço máximo pesquisado pela Auditoria (R$ 2,63) com o preço de aquisição pelo município de Água Branca (R$ 2,7[illegible]) verificamos que esse é superior em apenas 5,04%. Diante do exposto, não há informação suficiente para caracterizar a aquisição de combustível com preços incompatíveis.

[illegible]

Prefeitura Municipal, fato considerado ilegal e abusivo. Tal prática foi confirmada pelo interessado [illegible]

Por entender que a matéria agora analisada deve ser tratada na respectiva prestação de contas anual do [illegible] de Água Branca, exercício 2009, posiciono-me pela remessa de cópia dos autos referente ao consumo e da presente decisão à respectiva PCA.

Ante o exposto, voto pela:

1. *regularidade da inexigibilidade da licitação em apreço e do contrato decorrente;*
2. *remessa de cópia da presente decisão e dos autos referente à irregularidade evidenciada sobre o consumo de combustível dos veículos particulares pertencentes ao advogado e ao contador, quando em serviço para o município, pagos pela Prefeitura Municipal, à prestação de contas do município de Água Branca, referente ao exercício de 2009;*
3. *recomendação à atual Administração de Água Branca para a não mais repetição das irregularidades apontadas no presente processo, empreendendo aos futuros procedimentos de inexigibilidade total conformidade com os postulados norteadores da Administração Pública e com a Lei 8666/93.*

DECISÃO DA 1ª CÂMARA DO TCE-PB

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC [illegible] ACORDAM, à unanimidade, os Membros da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na sessão realizada nesta data, em:

I. ***JULGAR REGULAR*** *a inexigibilidade da licitação em apreço e o contrato decorrente;*

II. ***REMETER*** *cópia da presente decisão e dos autos referente à irregularidade evidenciada sobre o consumo de combustível dos veículos particulares pertencentes ao advogado e ao contador, quando em serviço para o município, pagos pela Prefeitura Municipal, à prestação de contas do município de Água Branca, referente ao exercício de 2009;*

III. ***RECOMENDAR*** *à atual Administração de Água Branca para a não mais repetição das irregularidades apontadas no presente processo, empreendendo aos futuros procedimentos de inexigibilidade total conformidade com os postulados norteadores da Administração Pública e com a Lei 8666/93.*

[illegible]

Conselheiro Umberto Silveira Porto — *Presidente*

Fui presente,

Representante do Ministério Público junto ao TCE

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC Nº 01644/09

Objeto: Inexigibilidade de Licitação e Contrato
Relator: Auditor Antônio Cláudio Silva Santos
Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de São Domingos do Cariri
Gestor: José Ferreira da Silva (Prefeito)

EMENTA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – CONTRATO – AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS – EXAME DA LEGALIDADE – EXISTÊNCIA DE MÁCULAS NÃO SUFICIENTEMENTE GRAVES A PONTO DE COMPROMETER O CERTAME – REGULARIDADE COM RESSALVAS DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E DO DECURSIVO CONTRATO – RECOMENDAÇÕES – ARQUIVAMENTO.

ACÓRDÃO AC2 TC 1501/2011

[illegible]

acatando a proposta de decisão do Relator, em:

I. CONSIDERAR REGULARES COM RESSALVAS a inexigibilidade de licitação e o decursivo contrato acima mencionados;

II. RECOMENDAR ao gestor maior observância aos termos da Lei nº 8666/93, em procedimentos da espécie, adotando-se medidas com a finalidade de [illegible] pesquisa na circunvizinhança para servir de parâmetros para justificar o preço contratado; e

III. DETERMINAR O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

Publique-se, intime-se e cumpra-se.
TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara, Mini-Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa.
João Pessoa, 26 de julho de 2011.

Conselheiro Arnóbio Alves Viana
Presidente

Auditor Antônio Cláudio Silva Santos
Relator

[illegible]

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC Nº 01644/09

RELATÓRIO

[redacted] de Licitação nº 012009 e o Contrato nº [redacted] procedidos pela Município de São [redacted] de Carm PE através da Prefeit [redacted]

A Auditoria com base na documentação encaminhada elaborou o relatório inicial às fls 25/27 com as seguintes observações a seguir reunidas

1 Suporte legal Lei Nacional nº 8.666/93 e alterações posteriores
[redacted]
3 Valor R$ 60.000,00
4 Contrato nº 012009 firmado em 22/01/2009 tendo como contratado Rosinaldo Neves Dantas
[redacted]
5.1 Falta de justificativa de preço e da escolha do fornecedor
5.2 Inexistência da pesquisa de preços
5.3 Falta de justificativa do quantitativo de combustível a ser adquirido
5.4 [redacted] PNTC nº 1
5.5 O contrato não possui a dotação orçamentária nem o crédito pelo que ocorrerá a despesa
[redacted]
5.7 O objeto não foi suficientemente discriminado
5.8 Não se encontra presente a realização da manutenção das condições de habilitação
5.9 Não existe mapa de apuração de preços
5.10 Não se encontra presente nenhuma publicação do ato de ratificação na imprensa oficial e em jornal de grande circulação
5.11 O preço da gasolina está acima da média de mercado no Estado, segundo pesquisa feita por esta Auditoria no site da Agência Nacional de Petróleo; e
5.12 Não ficou caracterizado o fundamento da [redacted]

Presidida a citação a autoridade não encaminhou defesa

[redacted] aplicação de multa à autoridade responsável e verificação da despesa no ocasião do exame da prestação de contas

JGC

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC Nº 01644/09

O CONTRATO NÃO POSSUI A QUANTIDADE DE COMBUSTÍVEL A SER FORNECIDO

O OBJETO NÃO FOI SUFICIENTEMENTE DISCRIMINADO

Defesa – O contratado alega que o objeto é consultável não demonstrando a quantidade e em o preço ao litro e o valor total do consumo no exercício podendo assim se chegar aos quantitativos

Auditoria – A requerimento fere o disposto no art 15 [redacted] da Lei nº 8666/93

NÃO SE ENCONTRA PRESENTE A NECESSIDADE DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Defesa – O contratado [redacted] não trouxe a documentação necessária formando-se somente caber de [redacted]

Auditoria – A requerimento fere o disposto no art 55 XIII da Lei nº 8666/93

- NÃO EXISTE MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS

[redacted]

NÃO SE ENCONTRA PRESENTE NENHUMA PUBLICAÇÃO DO ATO DE RATIFICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL E EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO

Defesa – O procedimento foi publicado em órgão informativo do município onde são publicados todos os atos do executivo

Auditoria – A [redacted] de publicação da ratificação fere o disposto no art 26 da Lei nº 8666/93

O PREÇO DA GASOLINA ESTÁ ACIMA DA MÉDIA DE MERCADO NO ESTADO SEGUNDO PESQUISA FEITA POR ESTA AUDITORIA NO SITE DA AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO

[redacted] cotação não é privilegiada a que [redacted] localizada a 70 km [redacted] de Sobral a 70 km município para abastecimento em outro município

Auditoria – O site da ANP apresenta preços de postos na Paraíba o que poderia ser usado como [redacted] praticados no mercado

- NÃO FICOU CARACTERIZADO O FUNDAMENTO DA INDISPENSABILIDADE (ART 25 INCISO I DA LEI Nº 8666/93) PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL HAJA VISTA QUE A AUTORIDADE COMPETENTE NÃO DEMONSTROU QUE A PRETENDIDA CONTRATAÇÃO SERIA VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO

Defesa – A defesa alega [redacted] do município demonstrando que [redacted] postos [redacted] a

Auditoria – O mandatário não procedeu de maneira a declarar a inexigibilidade baseado no art 25 inciso I da Lei nº 8666/93 [redacted]

O processo foi regularmente encaminhado ao Ministério Público junto ao TCE/PB [redacted] através da cota de fl 67 retornou o Parecer encartado às fls 35/39

JGC

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC Nº 01644/09

Compulsando os autos constata-se que a citação [redacted] João de Carm 1.29 em vez de São Domingos do Carm motivo pelo qual a [redacted] autoridade que encaminhou os documentos de fls 44/54

Ao analisar a defesa a Auditoria elaborou o relatório de fls 54/56 mantendo o entendimento inicial conforme [redacted]

- FALTA DE JUSTIFICATIVA DE PREÇO E DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Defesa – A falta de justificativa se deu em razão da exclusividade do fornecedor no município conforme documento emitido pela Diretoria Executiva em anexo. Ao mesmo que o objeto de consumível mas segue a adoção do princípio da economicidade

Auditoria – Consoante o art 15 I da Lei nº 8666/93 nas compras devem ser observadas a especificação completa e a definição das unidades e quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis cuja estimativa será sempre que possível respaldada em dados adequados [redacted] não para defesa [redacted] combustíveis em São Domingos do Carm além de [redacted]

- INEXISTÊNCIA DA PESQUISA DE PREÇOS

Defesa – O consumo de combustível se dará com o deslocamento dos veículos para abastecimento em outro município o que torna a pesquisa sem fundamento

Auditoria – A [redacted]

[redacted] que a Prefeitura de São Domingos do Carm tem um bom consumo de combustível mais barato se trata informou que presumiu o valor e sem descontos e não a quantidade

[redacted]

- NÃO CONSTA O TOTAL OU JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DEVIDAMENTE ASSINADO ACOMPANHADO DE SEUS ANEXOS E COMPROVANTES DE PUBLICAÇÃO CONFORME EXIGÊNCIA DA PN TC 06/2005 ART [redacted] INCISO V

Defesa – Alegou que a inexigibilidade de licitação conforme já mencionado, enquanto à ausência na situação [redacted] inexigibilidade de licitar

Auditoria – O defendente não comprovou a inexigibilidade de se adquirir combustível em outra cidade

- O CONTRATO NÃO POSSUI A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NEM O CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

[redacted] o contrato não menciona a dotação Porém afirma que no orçamento [redacted] despesa

Auditoria – A irregularidade fere o disposto no art 55 V da Lei nº 8666/93

JGC

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC Nº 01644/09

Na sessão de julgamento o Parquet oral [redacted] dos autos por parte do [redacted] que a matéria consta do processo de prestação de contas exercício de 2009

É o relatório informando que o responsável foi devidamente intimado para esta sessão de julgamento

PROPOSTA DE DECISÃO

AUDITOR ANTÔNIO CLÁUDIO SILVA SANTOS Relatório de apontamentos da Auditoria nos consoante a [redacted] preço acima da média praticada no mercado e a falta de [redacted] fundamentar a inexigibilidade com base no art 25 inciso [redacted] de licitações e Contrato

[redacted] a pesquisa realizada pela Auditoria no site [redacted] de R$ 2,46 para o litro da gasolina e de R$ [redacted] preços dos preços contratados de R$ 2,49 e R$ 2,34 para as respectivas gasolina conforme contrato de fls 11/13. Ressalte-se que a mencionada pesquisa foi realizada na [redacted] de Campina Grande distante cerca de 100 km de São Domingos do Carm. Desta forma o Relator não vislumbra a prática de preços acima de mercado

No tocante à falta de caracterização para fundamentar a inexigibilidade com base no art 25 inciso [redacted] de Licitações e Contratos o gestor anexou documento expedido pela Diretoria Estadual [redacted] atestando a [redacted] de outro fornecedor do produto o que no entender do Relator satisfaz as determinações do

> *Art [redacted] É necessário a justificação quando houver [redacted] de comprovação de [redacted] especial.*
>
> *§ Para aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, mediante a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou ainda, pelos fabricantes dos materiais.*

[redacted] TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO [redacted] que apesar [redacted] de [redacted] documentação pode servir de parâmetro para justificar o preço contratado

Assim o Relator propõe que [redacted] anule o ato do processo

É a proposta

[redacted]

JGC

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Prefeitura Municipal de Fagundes. Inexigibilidade de licitação e contrato decorrente. Julgam-se regulares e inexigibilidade e o correspondente contrato com determinação de arquivamento do processo.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC nº 01912/09 referente à inexigibilidade de licitação nº 001/2009 e ao contrato nº 00001/2009-CPL dela originado, procedidos pela Prefeitura Municipal de Fagundes objetivando a aquisição de combustíveis e lubrificantes destinados à frota de veículos da Prefeitura, no valor de R$ 442.150,00; e

CONSIDERANDO que a equipe técnica de instrução desta Corte ao analisar os documentos enviados sublinhou as irregularidades atinentes à 1) ausência da documentação comprobatória de regularidade fiscal da firma contratada. 2) o caso em comento não se enquadra como inexigibilidade de licitação – art. 25 II da Lei 8.666/93. 3) o documento inserto às fls. 25 não demonstra ser o contratado revendedor exclusivo;

CONSIDERANDO que regularmente notificado o Prefeito Municipal apresentou documentos, que analisados pela Auditoria restou comprovado que apenas a falha tocante a regularidade fiscal da empresa foi sanada, permanecendo as demais.

CONSIDERANDO que entendeu o Ministério Público Especial que

> No caso em espécie a contratação da empresa para fornecimento de combustíveis e [illegible] de procedimento licitatório, uma vez que a empresa contratada se apresentava como [illegible] depósito e art. 25 caput da Lei nº 8.666/93.
>
> No caso dos autos consta à f. 35 documento oficial elaborado pela Prefeitura Municipal de Fagundes, atestando que o posto de combustíveis contratado pela municipalidade é o único em pleno funcionamento [illegible] devidamente autorizado a comercializar os produtos em questão na referida localidade.

Corrobora a conclusão supra ter preponderantemente considerado no fato de que não houve qualquer registro de que os preços pelos quais os produtos foram comercializados eram abusivos e estavam fora da realidade do mercado. Ao contrário, Cabe-pontuar, a Auditoria informa que tais preços homologados são compatíveis com os praticados no mercado de Campina Grande e adjacências. Assim, pode-se afirmar que seria anti-econômica a aquisição destes produtos em outra localidade, na medida em que teria que haver o deslocamento dos veículos para outro lugar, a fim de que se efetivasse o abastecimento, e a diferença econômica poderia ser consumida em pleno uso.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO nº 01912/09

Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, opina este representante do MP/TCE pela regularidade da inexigibilidade de licitação em epígrafe e do contrato dela decorrente.

CONSIDERANDO a proposta de decisão do Relator e o mais que dos autos consta,

ACORDAM os membros integrantes da 2ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade de votos em sessão realizada nesta data em JULGAR REGULAR a inexigibilidade de licitação e o correspondente contrato acima mencionados, com determinação de arquivamento do processo.

Publique-se, intime-se e cumpra-se.
TC – Sala das Sessões da 2ª Câmara - Min. Pimentel Gomes Hazin. Auditor Costa Costa.
João Pessoa, em 11 de maio de 2010.

[illegible]
Auditor Antonio Cláudio Silva Santos
Relator

Representante do Ministério Público
junto ao TCE/PB

gmbc

[illegible] Município de São [illegible] do Cariri. Inexigibilidade de Licitação. [illegible] de combustível. [illegible]

ACÓRDÃO AC1 – TC- 0346 /2010

RELATÓRIO

O Processo TC 01981/09 trata da inexigibilidade de licitação nº 003/2009 promovida pela Prefeitura Municipal de São João do Cariri objetivando a aquisição de combustíveis destinados aos veículos pertencentes às Secretarias Municipais.

A douta Auditoria, ao analisar a documentação que instrui o processo, inclusive os esclarecimentos apresentados pelo Prefeito do Município de São João do Cariri Sr. Roberto Pedro Medeiros Filho, concluiu pela irregularidade do procedimento adotado, em razão das seguintes irregularidades:

1) O procedimento fundamentou-se no art. 25, II da Lei de Licitação e Contratos, mas o objeto contratado não se enquadra na definição de serviço técnico especializado.
2) O fato de o posto contratado ser o único no município não justifica a inexigibilidade de Licitação, porquanto a municipalidade poderia adquirir combustível em municípios próximos.
3) O preço contratado está acima daquele praticado por outros postos de combustíveis localizados no polo de Campina Grande.

[illegible] de Município assim como as [illegible]

VOTO DO RELATOR

No entendimento do Relator, a ensejar fundamentação legal à inexigibilidade em questão não concluo à sua irregularidade, porquanto embora não se trate de serviço técnico especializado, a declaração da Concilone Estadual anexada às fls. 9 dos autos demonstra ser a empresa contratada a única no ramo de combustível em atuação no Município de São João do Cariri, demonstrando a inviabilidade de competição capaz de, por si só, justificar o procedimento adotado.

Quanto à ilegalidade de se adquirir o produto contratado em municípios próximos além de ser este mesmo questionável em relação ao custo-benefício deve se levar em consideração também o fato de alguns dos veículos pela os quais o combustível foi adquirido deslocarem-se tão somente a trabalho nos limites do município a exemplo de tratores e outros.

Por fim o fato de o preço contratado estar acima do praticado por fornecedores localizados em outros municípios não parece suficiente para macular o procedimento sob exame, uma vez que no cuidar final deve-se incluir os gastos de deslocamento necessários para esta operação, fato não observado pela Unidade Técnica desta Corte.

TRIBUNAL DE [illegible] DO ESTADO

PROCESSO: TC- 01981/09

Isto posto, voto o Relator pela: I) Regularidade da presente inexigibilidade de licitação e contrato dela decorrente; e II) Arquivamento dos presentes autos.

DECISÃO DA 1ª CÂMARA

Vistos, relatados e discutidos os autos do PROCESSO TC-01981/09 acordam os MEMBROS DA 1ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-PB), à unanimidade, na sessão realizada nesta data, em:

1. *Julgar regular o procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 003/2009 promovida pela Prefeitura Municipal de São João do Cariri, objetivando a aquisição de combustível destinado aos veículos pertencentes às Secretarias Municipais, bem como o contrato dele decorrente;*
2. *Determinar o arquivamento dos presentes autos.*

[illegible]

[illegible]
Conselheiro José Marcos Viana
Presidente da 1ª Câmara e Relator

[illegible]
Representante do Ministério Público junto ao TCE/PB

1 RELATÓRIO

Após o exposto, comprovado que não houve prejuízo ao erário, voto pela regularidade regular com ressalva, com as devidas recomendações.

A defesa não se manifestou.

O Ministério Público junto ao [illegible] opinou pela [illegible] em desfavor do [illegible] e demais normas legais concernentes à [illegible] administrativa possa tomar as providências que entender cabíveis.

É o relatório

2 [illegible]

Compulsando os autos, fls. 09, o Relator constatou parecer jurídico [illegible] Ana Priscila Alves de Queiroz – OAB/PB 12.674, entendendo ser o [illegible] de que a mesma [illegible] do município [illegible] João Pessoa.

Diante [illegible] do município.

Após o exposto, o Relator não vislumbra irregularidades graves mas apenas falhas que não comprometem o procedimento adotado. Sendo assim, propõe que seja julgada regular com ressalva, diante das falhas formais apresentadas a inexigibilidade de licitação nº 01/09, bem como o Contrato nº 32/2009, com recomendações para evitar a repetição das falhas apontadas, encaminhando-se cópia do ato formalizado à Auditoria para conhecimento e verificação nos autos da prestação de contas do município, exercício de 2009, de algum sobrepreço na aquisição de combustível.

1 DECISÃO DA 2ª CÂMARA

ACORDAM os membros [illegible]

LICENÇA DE OPERAÇÃO - N.º 909/2022

A **SUDEMA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 6.757/99, de 08/07/99, artigo 2º, inciso VI, e de acordo com o **SELAP - Sistema Estadual de Licenciamento de Atividades Poluidoras**, instituído através do Decreto Estadual 21.120 de 20 de junho de 2000 e de conformidade com o que estabelece a deliberação do **COPAM - Conselho de Proteção Ambiental** N.º 5.192 de 15 de dezembro de 2021, concede a presente Licença acima discriminada, nas condições especificadas.

I - DADOS DO EMPREENDIMENTO

Nome ou Razão Social
NOVA ASSUNÇÃO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Local Atividade Licenciada
RODOVIA PB-238, S/N, KM 10 ZONA RURAL - Município: ASSUNCAO - UF: PB - CEP: 58685000

CNPJ/CPF
02.954.973/0001-95

Coordenadas Geográficas
Latitude: 07º 04' 24,0" Longitude: 36º 43' 34,0"

Atividade Licenciada
Comércio Varejista de Combustíveis (Gasolina, Etanol, Diesel-S10) e Lubrificantes, contando com 02 tanques subterrâneos de combustível, sendo 01 com capacidade de 15.000l pleno e 01 com capacidade de 30.000l tripartido, 04 bombas de abastecimento e 02 filtros, com sistema de tratamento dotado de tanque séptico e sumidouro, distribuídos em uma área construída de 300,00m2, no município de Assunção/Pb.

II - CONDICIONANTES

1 - Esta Licença é válida pelo período de 1825 dias, a contar da presente data, conforme processo SUDEMA N.º 2022-000543/TEC/LO-3612, observando as condições deste documento e seus anexos que, embora não transcritos são partes integrantes do mesmo. Este documento não contém, emendas nem rasuras.
2 - Esta Licença diz respeito a analise de viabilidade ambiental de competência da SUDEMA, devendo o empreendedor obter a Anuência e/ou Autorização das outras instancias no âmbito Federal, Estadual ou Municipal, quando couber, para que a mesma alcance seus efeitos legais.
3 - A copia deste documento só terá válidade com autenticação em cartório.
4 - Fixar placa (dimensões 80x60 cm) com identificação da atividade licenciada, conforme modelo disponível no Site desta SUDEMA www.sudema.pb.gov.br
5 - Todas as Licenças relativas aos demais órgãos públicos fiscalizadores, deverão estar vigentes durante o período de validade

Os demais condicionamentos referentes a esta licença estão descritos no verso deste documento.

VENCIMENTO: 27/4/2027
João Pessoa, 28 de abril de 2022

JOANNA REGIS NOBREGA
Diretora Técnica
SUDEMA

MARCELO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Diretor Superintendente
SUDEMA



Digitalizado com CamScanner

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped **Versão: 10.3.5**

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE
25200331397

CNPJ
02.954.973/0001-95

NOME EMPRESARIAL
NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA EPP

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FIRMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL
Livro Diário [Completo - sem escrituração Auxiliar]

PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
01/01/2025 a 31/12/2025

NATUREZA DO LIVRO
DIÁRIO

NUMERO DO LIVRO
10

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
A0.6E.59.D8.9C.DD.DB.56.C2.F4.3B.5D.F9.8F.07.72.9D.85.E1.47

ARQUIVOS SUBSTITUÍDOS (HASH)

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	02954973000195	NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA: 02954973000195	628863247296144055 7	11/07/2025 a 11/07/2026	Sim
Contador	06088442417	RAFAEL ANDERSON DE FARIAS OLIVEIRA: 06088442417	787354735969934260 9	04/08/2025 a 04/08/2026	Não

NÚMERO DO RECIBO:

A0.6E.59.D8.9C.DD.DB.56.C2.F4.3B.
5D.F9.8F.07.72.9D.85.E1.47-0

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 26/03/2026 às 22:04:34

E1.D3.74.A1.F6.ED.A7.8E
CE.E8.7E.E5.7A.8D.E3.71

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA EPP

Período da Escrituração: 01/01/2025 a 31/12/2025 CNPJ: 02.954.973/0001-95

Número de Ordem do Livro: 10

Período Selecionado: 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA EPP
NIRE	25200331397
CNPJ	02 954 973/0001-95
Número de Ordem	10
Natureza do Livro	DIARIO
Município	ASSUNCAO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	29/01/1999
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2025
Quantidade total de linhas do arquivo digital	277160

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA EPP
Natureza do Livro	DIARIO
Número de ordem	10
Quantidade total de linhas do arquivo digital	277160
Data de inicio	01/01/2025
Data de término	31/12/2025

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número A0.6E.59.D8.9C.DD.DB.56.C2.F4.3B.5D.F9.8F.07.72.9D.85.E1.47-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA EPP

Período da Escrituração: 01/01/2025 a 31/12/2025 CNPJ: 02.954.973/0001-95

Número de Ordem do Livro: 10

Período Selecionado: 01 de janeiro de 2025 a 31 de março de 2025

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 1.031.684,70	R$ 1.032.293,20
CIRCULANTE		R$ 754.152,51	R$ 754.761,01
DISPONIVEL		R$ 120.888,72	R$ 129.815,01
CAIXA		R$ 551,93	R$ 93.259,23
CAIXA		R$ 551,93	R$ 93.259,23
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R$ 120.336,79	R$ 36.555,78
BANCO BRADESCO S.A.		R$ 257,08	R$ 107,24
BANCO ITAU		R$ 1,00	R$ 1,00
BANCO DO BRASIL		R$ 101.333,93	R$ 7.735,19
BANCO SICOOB		R$ 18.744,78	R$ 28.712,35
CREDITOS		R$ 252.500,00	R$ 252.500,00
CLIENTES		R$ 120.000,00	R$ 120.000,00
(-) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS		R$ -120.000,00	R$ -120.000,00
CONTAS A RECEBER		R$ 132.500,00	R$ 132 500,00
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 132.500,00	R$ 132.500,00
ESTOQUES		R$ 380.763,79	R$ 372.446,00
ESTOQUES DE MERCADORIAS		R$ 380.763,79	R$ 372.446,00
ESTOQUE DE MERCADORIAS		R$ 380.763,79	R$ 372.446,00
ATIVO NAO CIRCULANTE		R$ 277.532,19	R$ 277.532,19
IMOBILIZADO		R$ 277.532,19	R$ 277.532,19
IMOBILIZADO EM USO		R$ 409.434,47	R$ 409.434,47
VEICULOS		R$ 218.000,00	R$ 218.000,00
FERRAMENTAS E IMPLEMENTOS		R$ 39.000,00	R$ 39.000,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 137.688,47	R$ 137.688,47
MOVEIS E UTENSILOS		R$ 14.746,00	R$ 14 746,00
(-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS		R$ (131.902,28)	R$ (131.902,28)
(-) (-) DEPREC. ACUMULADAS DE VEICULOS		R$ (92.200,00)	R$ (92.200,00)
(-) (-) DEPREC. ACUM. MAQ. E EQUIPAMENTOS		R$ (36.309,08)	R$ (36.309,08)
(-) (-) DEPREC. ACUM. MOV. E UTENSILIOS		R$ (3.393,20)	R$ (3.393,20)
PASSIVO		R$ 1.031.684,70	R$ 1.032.293,20

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número A0.6E.59.D8.9C.DD.DB.56.C2.F4.3B.5D.F9.8F.07.72.9D.85.E1.47-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA EPP

Período da Escrituração: 01/01/2025 a 31/12/2025 CNPJ: 02.954.973/0001-95

Número de Ordem do Livro: 10

Período Selecionado: 01 de janeiro de 2025 a 31 de março de 2025

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
CIRCULANTE		R$ 80.101,94	R$ 79.530,50
FORNECEDORES GERAIS		R$ 76.000,00	R$ 76.000,00
FORNECEDORES		R$ 76.000,00	R$ 76.000,00
FORNECEDORES GERAIS		R$ 76 000,00	R$ 76.000,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS		R$ 4 101,94	R$ 3.530,50
IMPOSTOS A RECOLHER		R$ 4.101,94	R$ 3.530,50
IRPJ - IMP. RENDA P. JURIDICA A RECOLHER		R$ 2.563,71	R$ 2.206,56
CSSL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER		R$ 1.538,23	R$ 1.323,94
PASSIVO NAO CIRCULANTE		R$ 26.666,78	R$ 16.666,79
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		R$ 26.666,78	R$ 16.666,79
PARCELAMENTOS		R$ 26 666,78	R$ 16.666,79
EMPRESTIMO ITAU CAPITAL DE GIRO		R$ 26.666,78	R$ 16.666,79
PATRIMONIO LIQUIDO		R$ 924.915,98	R$ 936.095,91
CAPITAL SOCIAL		R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 857.588,47	R$ 904.915,98
LUCROS/PREJUIZOS EXERCICIO ANTERIOR		R$ 857.588,47	R$ 904.915,98
LUCROS ACUMULADOS		R$ 857.588,47	R$ 904.915,98
LUCRO OU PREJUIZO NO EXERCICIO		R$ 47.327,51	R$ 11.179,93
LUCRO NO EXERCICIO		R$ 47.327,51	R$ 11.179,93
LUCRO NO PERIODO		R$ 47.327,51	R$ 11.179,93

BALANÇO PATRIMONIAL

Sped

Entidade: NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA EPP

Período da Escrituração: 01/01/2025 a 31/12/2025 CNPJ: 02.054.973/0001-95

Número de Ordem do Livro: 10

Período Selecionado: 01 de abril de 2025 a 30 de junho de 2025

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 1.032.293,20	R$ 1.034.727,02
CIRCULANTE		R$ 754.761,01	R$ 757.194,83
DISPONIVEL		R$ 129.815,01	R$ 140.440,35
CAIXA		R$ 93.259,23	R$ 127.221,02
CAIXA		R$ 93.259,23	R$ 127.221,02
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R$ 36.555,78	R$ 13.219,33
BANCO BRADESCO S.A.		R$ 107,24	R$ 13.016,15
BANCO ITAU		R$ 1,00	R$ 7,49
BANCO DO BRASIL		R$ 7.735,19	R$ 23,12
BANCO SICOOB		R$ 28.712,35	R$ 172,57
CREDITOS		R$ 252.500,00	R$ 252.500,00
CLIENTES		R$ 120.000,00	R$ 120.000,00
(-) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS		R$ 120.000,00	R$ 120.000,00
CONTAS A RECEBER		R$ 132.500,00	R$ 132.500,00
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 132.500,00	R$ 132.500,00
ESTOQUES		R$ 372.446,00	R$ 364.254,48
ESTOQUES DE MERCADORIAS		R$ 372.446,00	R$ 364.254,48
ESTOQUE DE MERCADORIAS		R$ 372.446,00	R$ 364.254,48
ATIVO NAO CIRCULANTE		R$ 277 532,19	R$ 277.532,19
IMOBILIZADO		R$ 277.532,19	R$ 277.532,19
IMOBILIZADO EM USO		R$ 409 434,47	R$ 409.434,47
VEICULOS		R$ 218.000,00	R$ 218.000,00
FERRAMENTAS E IMPLEMENTOS		R$ 39.000,00	R$ 39.000,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 137.688,47	R$ 137.688,47
MOVEIS E UTENSILOS		R$ 14.746,00	R$ 14.746,00
(-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS		R$ (131.902,28)	R$ (131.902,28)
(-) (-) DEPREC. ACUMULADAS DE VEICULOS		R$ (92.200,00)	R$ (92.200,00)
(-) (-) DEPREC. ACUM. MAQ. E EQUIPAMENTOS		R$ (36.309,08)	R$ (36.309,08)
(-) (-) DEPREC. ACUM. MOV. E UTENSILIOS		R$ (3.393,20)	R$ (3.393,20)
PASSIVO		R$ 1.032.293,20	R$ 1.034 727,02

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número A0.6E.59.D8.9C.DD.DB.56.C2.F4.3B.5D.F9.8F.07.72.9D.85.E1.47-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA EPP

Período da Escrituração: 01/01/2025 a 31/12/2025 CNPJ: 02.954.973/0001-95

Número de Ordem do Livro: 10

Período Selecionado: 01 de abril de 2025 a 30 de junho de 2025

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
CIRCULANTE		R$ 79.530,50	R$ 79.831,44
FORNECEDORES GERAIS		R$ 76.000,00	R$ 76.000,00
FORNECEDORES		R$ 76.000,00	R$ 76.000,00
FORNECEDORES GERAIS		R$ 76 000,00	R$ 76.000,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS		R$ 3.530,50	R$ 3.831,44
IMPOSTOS A RECOLHER		R$ 3.530,50	R$ 3.831,44
IRPJ - IMP. RENDA P. JURIDICA A RECOLHER		R$ 2.206,56	R$ 2.394,65
CSSL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER		R$ 1.323,94	R$ 1.436,79
PASSIVO NAO CIRCULANTE		R$ 16.666,79	R$ 6.666,80
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		R$ 16.666,79	R$ 6.666,80
PARCELAMENTOS		R$ 16.666,79	R$ 6.666,80
EMPRESTIMO ITAU CAPITAL DE GIRO		R$ 16.666,79	R$ 6.666,80
PATRIMONIO LIQUIDO		R$ 936 095,91	R$ 948.228,78
CAPITAL SOCIAL		R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 904.915,98	R$ 904.915,98
LUCROS/PREJUIZOS EXERCICIO ANTERIOR		R$ 904.915,98	R$ 904.915,98
LUCROS ACUMULADOS		R$ 904.915,98	R$ 904.915,98
LUCRO OU PREJUIZO NO EXERCICIO		R$ 11.179,93	R$ 23.312,80
LUCRO NO EXERCICIO		R$ 11.179,93	R$ 23.312,80
LUCRO NO PERIODO		R$ 11.179,93	R$ 23.312,80

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA EPP

Período da Escrituração: 01/01/2025 a 31/12/2025 CNPJ: 02.954.973/0001-95

Número de Ordem do Livro: 10

Período Selecionado: 01 de julho de 2025 a 30 de setembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 1.034.727,02	R$ 1.130.237,64
CIRCULANTE		R$ 757.194,83	R$ 752.705,45
DISPONIVEL		R$ 140.440,35	R$ 125.521,85
CAIXA		R$ 127.221,02	R$ 86.179,19
CAIXA		R$ 127.221,02	R$ 86.179,19
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R$ 13.219,33	R$ 39.342,66
BANCO BRADESCO S.A.		R$ 13.016,15	R$ 5.506,35
BANCO ITAU		R$ 7,49	R$ 5.186,30
BANCO DO BRASIL		R$ 23,12	R$ 5,63
BANCO SICOOB		R$ 172,57	R$ 28.644,38
CREDITOS		R$ 252.500,00	R$ 252.500,00
CLIENTES		R$ 120.000,00	R$ 120.000,00
(-) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS		R$ 120.000,00	R$ 120.000,00
CONTAS A RECEBER		R$ 132.500,00	R$ 132.500,00
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 132.500,00	R$ 132.500,00
ESTOQUES		R$ 364.254,48	R$ 374.683,60
ESTOQUES DE MERCADORIAS		R$ 364.254,48	R$ 374.683,60
ESTOQUE DE MERCADORIAS		R$ 364.254,48	R$ 374.683,60
ATIVO NAO CIRCULANTE		R$ 277.532,19	R$ 377.532,19
IMOBILIZADO		R$ 277.532,19	R$ 377.532,19
IMOBILIZADO EM USO		R$ 409.434,47	R$ 509.434,47
VEICULOS		R$ 218.000,00	R$ 218.000,00
FERRAMENTAS E IMPLEMENTOS		R$ 39.000,00	R$ 39.000,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 137.688,47	R$ 237.688,47
MOVEIS E UTENSILOS		R$ 14.746,00	R$ 14.746,00
(-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS		R$ (131.902,28)	R$ (131.902,28)
(-) (-) DEPREC. ACUMULADAS DE VEICULOS		R$ (92.200,00)	R$ (92.200,00)
(-) (-) DEPREC. ACUM. MAQ. E EQUIPAMENTOS		R$ (36.309,08)	R$ (36.309,08)
(-) (-) DEPREC. ACUM. MOV. E UTENSILIOS		R$ (3.393,20)	R$ (3.393,20)
PASSIVO		R$ 1.034.727,02	R$ 1.130.237,64

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número A0.6E.59.D8.9C.DD.DB.56.C2.F4.3B.5D.F9.8F.07.72.9D.85.E1.47-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.5 do Visualizador

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA EPP

Período da Escrituração: 01/01/2025 a 31/12/2025 CNPJ: 02.954.973/0001-95

Número de Ordem do Livro: 10

Período Selecionado: 01 de julho de 2025 a 30 de setembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
CIRCULANTE		R$ 79.831,44	R$ 79.662,13
FORNECEDORES GERAIS		R$ 76.000,00	R$ 76.000,00
FORNECEDORES		R$ 76.000,00	R$ 76.000,00
FORNECEDORES GERAIS		R$ 76.000,00	R$ 76.000,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS		R$ 3.831,44	R$ 3.662,13
IMPOSTOS A RECOLHER		R$ 3.831,44	R$ 3.662,13
IRPJ - IMP. RENDA P. JURIDICA A RECOLHER		R$ 2.394,65	R$ 2.288,83
CSSL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER		R$ 1.436,79	R$ 1.373,30
PASSIVO NAO CIRCULANTE		R$ 6.666,80	R$ 90.750,00
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		R$ 6.666,80	R$ 90.750,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R$ 0,00	R$ 90.750,00
EMPRESTIMO CAP DE GIRO SICOOB 1123047 - NA		R$ 0,00	R$ 90.750,00
PARCELAMENTOS		R$ 6.666,80	R$ 0,00
EMPRESTIMO ITAU CAPITAL DE GIRO		R$ 6.666,80	R$ 0,00
PATRIMONIO LIQUIDO		R$ 948.228,78	R$ 959.825,51
CAPITAL SOCIAL		R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 904.915,98	R$ 904.915,98
LUCROS/PREJUIZOS EXERCICIO ANTERIOR		R$ 904 915,98	R$ 904.915,98
LUCROS ACUMULADOS		R$ 904.915,98	R$ 904.915,98
LUCRO OU PREJUIZO NO EXERCICIO		R$ 23.312,80	R$ 34.909,53
LUCRO NO EXERCICIO		R$ 23.312,80	R$ 34.909,53
LUCRO NO PERIODO		R$ 23.312,80	R$ 34.909,53

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número A0.6E.59.D8.9C.DD.DB.56.C2.F4.3B.5D.F9.8F.07.72.9D.85.E1.47-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA EPP

Período da Escrituração: 01/01/2025 a 31/12/2025 CNPJ: 02.954.973/0001-95

Número de Ordem do Livro: 10

Período Selecionado: 01 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 1.130.237,64	R$ 1.048.747,48
CIRCULANTE		R$ 752 705,45	R$ 671.215,29
DISPONIVEL		R$ 125.521,85	R$ 33.341,64
CAIXA		R$ 86.179,19	R$ 2.504,16
CAIXA		R$ 86.179,19	R$ 2.504,16
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R$ 39.342,66	R$ 30.837,48
BANCO BRADESCO S.A		R$ 5.506,35	R$ 5.846,27
BANCO ITAU		R$ 5.186,30	R$ 3.810,01
BANCO DO BRASIL		R$ 5,63	R$ 11.545,15
BANCO SICOOB		R$ 28.644,38	R$ 9.636,05
CREDITOS		R$ 252.500,00	R$ 252.500,00
CLIENTES		R$ 120.000,00	R$ 120.000,00
(-) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS		R$ 120 000,00	R$ 120.000,00
CONTAS A RECEBER		R$ 132.500,00	R$ 132.500,00
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 132.500,00	R$ 132.500,00
ESTOQUES		R$ 374.683,60	R$ 385.373,65
ESTOQUES DE MERCADORIAS		R$ 374.683,60	R$ 385 373,65
ESTOQUE DE MERCADORIAS		R$ 374.683,60	R$ 385.373,65
ATIVO NAO CIRCULANTE		R$ 377.532,19	R$ 377 532,19
IMOBILIZADO		R$ 377.532,19	R$ 377.532,19
IMOBILIZADO EM USO		R$ 509.434,47	R$ 509.434,47
VEICULOS		R$ 218.000,00	R$ 218.000,00
FERRAMENTAS E IMPLEMENTOS		R$ 39.000,00	R$ 39.000,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 237.688,47	R$ 237.688,47
MOVEIS E UTENSILOS		R$ 14.746,00	R$ 14.746,00
(-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS		R$ (131.902,28)	R$ (131.902,28)
(-) (-) DEPREC. ACUMULADAS DE VEICULOS		R$ (92.200,00)	R$ (92.200,00)
(-) (-) DEPREC. ACUM. MAQ. E EQUIPAMENTOS		R$ (36.309,08)	R$ (36.309,08)
(-) (-) DEPREC. ACUM. MOV. E UTENSILIOS		R$ (3.393,20)	R$ (3 393,20)
PASSIVO		R$ 1.130.237,64	R$ 1.048.747,48

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número A0.6E.59.D8.9C.DD.DB.56.C2.F4.3B.5D.F9.8F.07.72.9D.85.E1.47-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA EPP

Período da Escrituração: 01/01/2025 a 31/12/2025 CNPJ: 02.954.973/0001-95

Número de Ordem do Livro: 10

Período Selecionado: 01 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
CIRCULANTE		R$ 79.662,13	R$ 10.061,28
FORNECEDORES GERAIS		R$ 76.000,00	R$ 6.000,00
FORNECEDORES		R$ 76.000,00	R$ 6.000,00
FORNECEDORES GERAIS		R$ 76.000,00	R$ 6.000,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS		R$ 3.662,13	R$ 4.061,28
IMPOSTOS A RECOLHER		R$ 3 662,13	R$ 4.061,28
IRPJ - IMP. RENDA P. JURIDICA A RECOLHER		R$ 2.288,83	R$ 2.538,30
CSSL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER		R$ 1.373,30	R$ 1.522,98
PASSIVO NAO CIRCULANTE		R$ 90.750,00	R$ 66.000,00
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		R$ 90.750,00	R$ 66.000,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R$ 90.750,00	R$ 66.000,00
EMPRESTIMO CAP DE GIRO SICOOB 1123047 - NA		R$ 90 750,00	R$ 66.000,00
PARCELAMENTOS		R$ 0,00	R$ 0,00
PATRIMONIO LIQUIDO		R$ 959.825,51	R$ 972.686,20
CAPITAL SOCIAL		R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 904.915,98	R$ 904.915,98
LUCROS/PREJUIZOS EXERCICIO ANTERIOR		R$ 904.915,98	R$ 904.915,98
LUCROS ACUMULADOS		R$ 904.915,98	R$ 904.915,98
LUCRO OU PREJUIZO NO EXERCICIO		R$ 34.909,53	R$ 47 770,22
LUCRO NO EXERCICIO		R$ 34.909,53	R$ 47.770,22
LUCRO NO PERIODO		R$ 34.909,53	R$ 47.770,22

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA EPP

Período da Escrituração: 01/01/2025 a 31/12/2025 CNPJ 02.954.973/0001-95

Número de Ordem do Livro: 10

Período Selecionado: 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 1.031.684,70	R$ 1.048.747,48
CIRCULANTE		R$ 754.152,51	R$ 671.215,29
DISPONIVEL		R$ 120 888,72	R$ 33.341,64
CAIXA		R$ 551,93	R$ 2.504,16
CAIXA		R$ 551,93	R$ 2.504,16
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R$ 120.336,79	R$ 30.837,48
BANCO BRADESCO S.A.		R$ 257,08	R$ 5.846,27
BANCO ITAU		R$ 1,00	R$ 3.810,01
BANCO DO BRASIL		R$ 101.333,93	R$ 11.545,15
BANCO SICOOB		R$ 18.744,78	R$ 9.636,05
CREDITOS		R$ 252.500,00	R$ 252.500,00
CLIENTES		R$ 120.000,00	R$ 120.000,00
(-) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS		R$ 120.000,00	R$ 120.000,00
CONTAS A RECEBER		R$ 132.500,00	R$ 132.500,00
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 132.500,00	R$ 132.500,00
ESTOQUES		R$ 380.763,79	R$ 385.373,65
ESTOQUES DE MERCADORIAS		R$ 380.763,79	R$ 385.373,65
ESTOQUE DE MERCADORIAS		R$ 380.763,79	R$ 385.373,65
ATIVO NAO CIRCULANTE		R$ 277.532,19	R$ 377.532,19
IMOBILIZADO		R$ 277.532,19	R$ 377.532,19
IMOBILIZADO EM USO		R$ 409.434,47	R$ 509.434,47
VEICULOS		R$ 218.000,00	R$ 218.000,00
FERRAMENTAS E IMPLEMENTOS		R$ 39.000,00	R$ 39.000,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 137.688,47	R$ 237.688,47
MOVEIS E UTENSILOS		R$ 14.746,00	R$ 14.746,00
(-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS		R$ (131.902,28)	R$ (131.902,28)
(-) (-) DEPREC. ACUMULADAS DE VEICULOS		R$ (92.200,00)	R$ (92.200,00)
(-) (-) DEPREC. ACUM. MAQ. E EQUIPAMENTOS		R$ (36.309,08)	R$ (36.309,08)
(-) (-) DEPREC. ACUM. MOV E UTENSILIOS		R$ (3.393,20)	R$ (3.393,20)
PASSIVO		R$ 1.031.684,70	R$ 1.048.747,48

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número A0.6E.59.D8.9C.DD.DB.56.C2.F4.3B.5D.F9.8F.07.72.9D.85.E1.47-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA EPP

Período da Escrituração: 01/01/2025 a 31/12/2025 CNPJ: 02.954.973/0001-95

Número de Ordem do Livro: 10

Período Selecionado: 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
CIRCULANTE		R$ 80.101,94	R$ 10.061,28
FORNECEDORES GERAIS		R$ 76.000,00	R$ 6.000,00
FORNECEDORES		R$ 76.000,00	R$ 6.000,00
FORNECEDORES GERAIS		R$ 76.000,00	R$ 6.000,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS		R$ 4.101,94	R$ 4.061,28
IMPOSTOS A RECOLHER		R$ 4.101,94	R$ 4.061,28
IRPJ - IMP. RENDA P. JURIDICA A RECOLHER		R$ 2.563,71	R$ 2.538,30
CSSL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER		R$ 1.538,23	R$ 1.522,98
PASSIVO NAO CIRCULANTE		R$ 26.666,78	R$ 66.000,00
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		R$ 26.666,78	R$ 66.000,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R$ 0,00	R$ 66.000,00
EMPRESTIMO CAP DE GIRO SICOOB 1123047 - NA		R$ 0,00	R$ 66.000,00
PARCELAMENTOS		R$ 26.666,78	R$ 0,00
EMPRESTIMO ITAU CAPITAL DE GIRO		R$ 26.666,78	R$ 0,00
PATRIMONIO LIQUIDO		R$ 924.915,98	R$ 972 686,20
CAPITAL SOCIAL		R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 20.000,00	R$ 20.000,00
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 857.588,47	R$ 904.915,98
LUCROS/PREJUIZOS EXERCICIO ANTERIOR		R$ 857.588,47	R$ 904.915,98
LUCROS ACUMULADOS		R$ 857.588,47	R$ 904.915,98
LUCRO OU PREJUIZO NO EXERCICIO		R$ 47.327,51	R$ 47.770,22
LUCRO NO EXERCICIO		R$ 47.327,51	R$ 47.770,22
LUCRO NO PERIODO		R$ 47.327,51	R$ 47 770,22

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número A0.6E.59.D8.9C.DD.DB.56.C2.F4.3B.5D.F9.8F.07.72.9D.85.E1.47-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA EPP

Período da Escrituração: 01/01/2025 a 31/12/2025 CNPJ: 02.954.973/0001-95

Número de Ordem do Livro: 10

Período Selecionado: 01 de janeiro de 2025 a 31 de março de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(=) RECEITA BRUTA		R$ 1.327.115,11	R$ 1.304.943,11
VENDAS DE MERCADORIAS		R$ 7 171,50	R$ 3.362,00
VENDAS DE COMBUSTIVEL		R$ 1.319.943,61	R$ 1.301.581,11
(-) (=) CUSTOS		R$ (1.110.503,11)	R$ (1.115.284,02)
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS (CMV)		R$ (1.110.503,11)	R$ (1.115.284,02)
(-) (=) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (198.108,59)	R$ (174.948,66)
(-) SALARIOS		R$ (53.713,95)	R$ (41.737,29)
(-) FGTS		R$ (1.360,39)	R$ (1 380,07)
(-) INSS		R$ (10.091,64)	R$ (8.974,37)
(-) ENERGIA ELETRICA		R$ (1.070,42)	R$ (1.797,77)
(-) HONORARIOS CONTABEIS		R$ (2.824,00)	R$ (4 554,00)
(-) SERVICOS PRESTADO PESSOA FISICA		R$ (2.500,00)	R$ (1.200,00)
(-) SERVICOS PRESTADOS PESSOA JURIDICA		R$ (8.398,92)	R$ (7 618,30)
(-) PRO-LABORE		R$ (7.540,08)	R$ (8.106,12)
(-) PIS		R$ (132,82)	R$ (106,76)
(-) COFINS		R$ (611,43)	R$ (491,77)
(-) TAXAS ESTADUAIS		R$ (18.235,33)	R$ (12.673,24)
(-) TAXAS MUNICIPAIS		R$ (0,00)	R$ (683,80)
(-) TAXAS FEDERAIS		R$ (3.141,78)	R$ (4.299,12)
(-) MATERIAL DE LIMPEZA		R$ (117,00)	R$ (377,14)
(-) FRETES E CARRETOS		R$ (500,00)	R$ (1.500,00)
(-) MATERIAL DE ESCRITORIO		R$ (0,00)	R$ (687,47)
(-) DESPESAS COM COMBUSTIVEL		R$ (54.993,70)	R$ (51.821,88)
(-) PROGRAMA GERENCIAL - MENSALIDADE		R$ (1.750,00)	R$ (1.814,98)
(-) DESPESAS DIVERSAS		R$ (22.330,44)	R$ (16.618,43)
(-) TARIFAS BANCARIAS		R$ (2.131,95)	R$ (1.371,92)
(-) JUROS S/ EMPRESTIMOS		R$ (6.664,74)	R$ (7.134,23)
(-) (=) PROVISAO PARA IR E CSLL		R$ (5.513,94)	R$ (3.530,50)
(-) C. S. L. L.		R$ (1.538,23)	R$ (1.323,94)
(-) I. R. P. J		R$ (3.975,71)	R$ (2.206,56)
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO		R$ 12.989,47	R$ 11.179,93

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número A0.6E.59.D8.9C.DD.DB.56.C2.F4.3B.5D.F9.8F.07.72.9D.85.E1.47-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.5 do Visualizador

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA EPP

Período da Escrituração: 01/01/2025 a 31/12/2025 CNPJ: 02.954.973/0001-95

Número de Ordem do Livro: 10

Período Selecionado: 01 de abril de 2025 a 30 de junho de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(=) RECEITA BRUTA		R$ 1.304.943,11	R$ 1.253.871,63
VENDAS DE MERCADORIAS		R$ 3.362,00	R$ 279,00
VENDAS DE COMBUSTIVEL		R$ 1.301.581,11	R$ 1.253.592,63
(-) (=) CUSTOS		R$ (1.115.284,02)	R$ (1.043.426,24)
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS (CMV)		R$ (1.115.284,02)	R$ (1.043.426,24)
(-) (=) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (174.948,66)	R$ (194.481,08)
(-) SALARIOS		R$ (41.737,29)	R$ (41.961,15)
(-) FGTS		R$ (1.380,07)	R$ (1.230,45)
(-) INSS		R$ (8.974,37)	R$ (9 386,01)
(-) ENERGIA ELETRICA		R$ (1.797,77)	R$ (1.741,57)
(-) HONORARIOS CONTABEIS		R$ (4 554,00)	R$ (4 554,00)
(-) SERVICOS PRESTADO PESSOA FISICA		R$ (1.200,00)	R$ (15.730,00)
(-) SERVICOS PRESTADOS PESSOA JURIDICA		R$ (7.618,30)	R$ (5.245,79)
(-) PRO-LABORE		R$ (8.106,12)	R$ (8.106,12)
(-) PIS		R$ (106,76)	R$ (474,02)
(-) COFINS		R$ (491,77)	R$ (2.183,66)
(-) TAXAS ESTADUAIS		R$ (12.673,24)	R$ (11.352,33)
(-) TAXAS MUNICIPAIS		R$ (683,80)	R$ (13,89)
(-) TAXAS FEDERAIS		R$ (4.299,12)	R$ (2.875,20)
(-) CONTRIB. SINDICAL		R$ (0,00)	R$ (600,00)
(-) MATERIAL DE LIMPEZA		R$ (377,14)	R$ (251,00)
(-) FRETES E CARRETOS		R$ (1.500,00)	R$ (1.500,00)
(-) MATERIAL DE ESCRITORIO		R$ (687,47)	R$ (149,49)
(-) DESPESAS COM COMBUSTIVEL		R$ (51.821,88)	R$ (49.472,80)
(-) PROGRAMA GERENCIAL - MENSALIDADE		R$ (1.814,98)	R$ (2.022,12)
(-) DESPESAS DIVERSAS		R$ (16.618,43)	R$ (26.394,88)
(-) TARIFAS BANCARIAS		R$ (1.371,92)	R$ (1.560,54)
(-) JUROS S/ EMPRESTIMOS		R$ (7.134,23)	R$ (7.676,06)
(-) (=) PROVISAO PARA IR E CSLL		R$ (3.530,50)	R$ (3.831,44)
(-) C. S. L. L.		R$ (1.323,94)	R$ (1.436,79)
(-) I. R. P. J.		R$ (2.206,56)	R$ (2.394,65)
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO		R$ 11.179,93	R$ 12.132,87

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número A0.6E.59.D8.9C.DD.DB.56.C2.F4.3B.5D.F9.8F.07.72.9D.85.E1.47-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.5 do Visualizador

DEMONSTRAÇAO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA EPP

Período da Escrituração: 01/01/2025 a 31/12/2025 CNPJ: 02.954.973/0001-95

Número de Ordem do Livro: 10

Período Selecionado: 01 de julho de 2025 a 30 de setembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(=) RECEITA BRUTA		R$ 1.253.871,63	R$ 1.274 984,84
VENDAS DE MERCADORIAS		R$ 279,00	R$ 347,50
VENDAS DE COMBUSTIVEL		R$ 1.253.592,63	R$ 1.274.637,34
(-) (=) CUSTOS		R$ (1.043.426,24)	R$ (1.045.903,85)
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS (CMV)		R$ (1.043.426,24)	R$ (1.045.903,85)
(-) (=) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (194.481,08)	R$ (213.822,13)
(-) SALARIOS		R$ (41 961,15)	R$ (43.689,44)
(-) FGTS		R$ (1.230,45)	R$ (1.350,49)
(-) INSS		R$ (9.386,01)	R$ (9.961,89)
(-) ENERGIA ELETRICA		R$ (1.741,57)	R$ (2 710,83)
(-) HONORARIOS CONTABEIS		R$ (4.554,00)	R$ (4.554,00)
(-) SERVICOS PRESTADO PESSOA FISICA		R$ (15.730,00)	R$ (10.500,00)
(-) SERVICOS PRESTADOS PESSOA JURIDICA		R$ (5.245,79)	R$ (26 516,16)
(-) PRO-LABORE		R$ (8.106,12)	R$ (8.106,12)
(-) PIS		R$ (474,02)	R$ (79,12)
(-) COFINS		R$ (2.183,66)	R$ (365,45)
(-) TAXAS ESTADUAIS		R$ (11.352,33)	R$ (11.248,00)
(-) TAXAS MUNICIPAIS		R$ (13,89)	R$ (2.469,98)
(-) TAXAS FEDERAIS		R$ (2.875,20)	R$ (3.902,13)
(-) CONTRIB. SINDICAL		R$ (600,00)	R$ (0,00)
(-) MATERIAL DE LIMPEZA		R$ (251,00)	R$ (93,00)
(-) FRETES E CARRETOS		R$ (1.500,00)	R$ (3.800,00)
(-) MATERIAL DE ESCRITORIO		R$ (149,49)	R$ (0,00)
(-) DESPESAS COM COMBUSTIVEL		R$ (49.472,80)	R$ (48.597,90)
(-) PROGRAMA GERENCIAL - MENSALIDADE		R$ (2.022,12)	R$ (2.234,58)
(-) DESPESAS DIVERSAS		R$ (26.394,88)	R$ (26.389,57)
(-) TARIFAS BANCARIAS		R$ (1.560,54)	R$ (1.714,18)
(-) JUROS S/ EMPRESTIMOS		R$ (7.676,06)	R$ (5.539,29)
(-) (=) PROVISAO PARA IR E CSLL		R$ (3.831,44)	R$ (3.662,13)
(-) C. S. L. L.		R$ (1.436,79)	R$ (1.373,30)
(-) I. R P. J.		R$ (2.394,65)	R$ (2.288,83)
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO		R$ 12.132,87	R$ 11.596,73

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número A0.6E.59.D8.9C.DD.DB.56.C2.F4.3B.5D.F9.8F.07.72.9D.85.E1.47-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.5 do Visualizador

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA EPP

Período da Escrituração: 01/01/2025 a 31/12/2025 CNPJ: 02.954.973/0001-95

Número de Ordem do Livro: 10

Período Selecionado: 01 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(=) RECEITA BRUTA		R$ 1.274.984,84	R$ 1.284.884,89
VENDAS DE MERCADORIAS		R$ 347,50	R$ 619,57
VENDAS DE COMBUSTIVEL		R$ 1.274.637,34	R$ 1.284.265,32
(-) (=) CUSTOS		R$ (1.045.903,85)	R$ (1.044.624,38)
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS (CMV)		R$ (1 045.903,85)	R$ (1.044.624,38)
(-) (=) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (213.822,13)	R$ (223.338,54)
(-) SALARIOS		R$ (43.689,44)	R$ (55.356,51)
(-) FGTS		R$ (1.350,49)	R$ (1.540,25)
(-) INSS		R$ (9.961,89)	R$ (11.[illegible])
(-) ENERGIA ELETRICA		R$ (2.710,83)	R$ (2.905,51)
(-) HONORARIOS CONTABEIS		R$ (4.554,00)	R$ (4.554,00)
(-) SERVICOS PRESTADO PESSOA FISICA		R$ (10.500,00)	R$ (17.850,00)
(-) SERVICOS PRESTADOS PESSOA JURIDICA		R$ (26.516,16)	R$ (11.058,78)
(-) PRO-LABORE		R$ (8.106,12)	R$ (8.106,12)
(-) PIS		R$ (79,12)	R$ (197,64)
(-) COFINS		R$ (365,45)	R$ (911,27)
(-) TAXAS ESTADUAIS		R$ (11.248,00)	R$ (5.480,60)
(-) TAXAS MUNICIPAIS		R$ (2.469,98)	R$ (0,00)
(-) TAXAS FEDERAIS		R$ (3.902,13)	R$ (4.011,13)
(-) MATERIAL DE LIMPEZA		R$ (93,00)	R$ (93,00)
(-) FRETES E CARRETOS		R$ (3.800,00)	R$ (300,00)
(-) DESPESAS COM COMBUSTIVEL		R$ (48.597,90)	R$ (59.263,70)
(-) PROGRAMA GERENCIAL - MENSALIDADE		R$ (2.234,58)	R$ (2.401,92)
(-) DESPESAS DIVERSAS		R$ (26.389,57)	R$ (29.797,00)
(-) TARIFAS BANCARIAS		R$ (1.714,18)	R$ (2.179,99)
(-) JUROS S/ EMPRESTIMOS		R$ (5 539,29)	R$ (5.607,14)
(-) (=) PROVISAO PARA IR E CSLL		R$ (3.662,13)	R$ (4 061,28)
(-) C. S. L. L.		R$ (1.373,30)	R$ (1.522,98)
(-) I. R. P. J.		R$ (2.288,83)	R$ (2.538,30)
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO		R$ 11.596,73	R$ 12.860,69

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número A0.6E.59.D8.9C.DD.DB.56.C2.F4.3B.5D.F9.8F.07.72.9D.85.E1.47-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.5 do Visualizador

DEMONSTRAÇAO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA EPP

Período da Escrituração: 01/01/2025 a 31/12/2025 CNPJ: 02.954.973/0001-95

Número de Ordem do Livro: 10

Período Selecionado: 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(=) RECEITA BRUTA		R$ 5.194.513,94	R$ 5.118.684,47
VENDAS DE MERCADORIAS		R$ 14.598,27	R$ 4.608,07
VENDAS DE COMBUSTIVEL		R$ 5.179.915,67	R$ 5.114.076,40
(-) (=) CUSTOS		R$ (4.315.633,81)	R$ (4.249.238,49)
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS (CMV)		R$ (4.315.633,81)	R$ (4.249.238,49)
(-) (=) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (813.785,08)	R$ (816 018,75)
(-) SALARIOS		R$ (177.271,71)	R$ (182.744,39)
(-) FGTS		R$ (4.954,64)	R$ (5.501,26)
(-) INSS		R$ (36.333,14)	R$ (40.047,83)
(-) ENERGIA ELETRICA		R$ (5.652,06)	R$ (9.154,10)
(-) HONORARIOS CONTABEIS		R$ (15.532,00)	R$ (18 216,00)
(-) SERVICOS PRESTADO PESSOA FISICA		R$ (55.500,00)	R$ (45.280,00)
(-) SERVICOS PRESTADOS PESSOA JURIDICA		R$ (25.014,18)	R$ (50.439,03)
(-) PRO-LABORE		R$ (30.160,32)	R$ (32.424,48)
(-) PIS		R$ (366,70)	R$ (857,54)
(-) COFINS		R$ (1.688,84)	R$ (3.952,15)
(-) IRPJ - IMPOSTO DE RENDA PJ		R$ (10 752,96)	R$ (9.428,34)
(-) TAXAS ESTADUAIS		R$ (55.979,85)	R$ (40.754,17)
(-) TAXAS MUNICIPAIS		R$ (2.037,15)	R$ (3.167,67)
(-) TAXAS FEDERAIS		R$ (12.990,81)	R$ (15.087,58)
(-) CONTRIB. SINDICAL		R$ (0,00)	R$ (600,00)
(-) MATERIAL DE LIMPEZA		R$ (1.338,00)	R$ (814,14)
(-) FRETES E CARRETOS		R$ (2.100,00)	R$ (7.100,00)
(-) MATERIAL DE ESCRITORIO		R$ (605,50)	R$ (836,96)
(-) DESPESAS COM COMBUSTIVEL		R$ (196.491,80)	R$ (209.156,28)
(-) PROGRAMA GERENCIAL - MENSALIDADE		R$ (5.800,00)	R$ (8.473,60)
(-) DESPESAS DIVERSAS		R$ (150.033,74)	R$ (99.199,88)
(-) TARIFAS BANCARIAS		R$ (7.107,13)	R$ (6.826,63)
(-) JUROS S/ EMPRESTIMOS		R$ (26.827,51)	R$ (25.956,72)
(-) (=) DESPESAS NAO OPERACIONAIS		R$ (1.410,00)	R$ (0,00)
(-) PERDAS E ROUBOS		R$ (1.410,00)	R$ (0,00)
(-) (=) PROVISAO PARA IR E CSLL		R$ (16.357,54)	R$ (5.657,01)
(-) C S. L. L.		R$ (5.604,58)	R$ (5.657,01)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número A0.6E.59.D8.9C.DD.DB.56.C2.F4.3B.5D.F9.8F.07.72.9D.85.E1.47-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Sped

Entidade: NOVA ASSUNCAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA EPP

Período da Escrituração: 01/01/2025 a 31/12/2025 CNPJ: 02.954.973/0001-95

Número de Ordem do Livro: 10

Período Selecionado: 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO		R$ 47.327,51	R$ 47.770,22